

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENTAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Divisor de Águas

Se os escândalos da Comissão do Orçamento já haviam convencido a sociedade da necessidade de reformar os costumes políticos e a gestão da coisa pública no país, coube ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mexer com os brios dos políticos sérios, estabelecendo ontem no Senado a vinculação entre fisiologismo político e inflação.

Segundo o ministro, é muito alto o preço da dinâmica política viciosa que impera no Brasil, e da qual são partícipes os Poderes Executivo e Legislativo. A necessidade de acomodar os apetites dos diversos interesses não se manifesta apenas na elaboração dos Orçamentos. Tem adiado também a solução das questões-chave da vida nacional.

Além da reforma dos costumes políticos e do desenho do Estado na vida nacional, o ministro defendeu a revisão constitucional para permitir o ajuste fiscal indispensável à estabilização da economia e a uma gestão eficaz e permanente do Estado. O país aguarda uma definição clara sobre o Estado que se quer reconstruir e sobre como financiá-lo.

Isso compreende a revisão do grau de vinculação da receita da União, a distribuição de competência entre União, Estados e Municípios, as normas sobre o funcionalismo, o sistema tributário e previdenciário, e o regime de monopólios para dar flexibilidade à economia.

Depois de atribuir à ação do fisiologismo a baixa credibilidade da sociedade em relação aos instrumentos de intervenção do Estado — que se traduz pela desobediência a qualquer aumento da carga tributária — Fernando Henrique disse que o Congresso tem a responsabilidade de aprovar e executar um Orçamento equilibrado para 1994, que seja a expressão da ruptura com o desperdício, o clientelismo e a corrupção.

Se o Congresso não buscar soluções duradouras para a crise nacional, como o ajuste fiscal, o ministro da Fazenda alertou que a política econômica estará num dilema: manter os juros reais altos e empurrar o país novamente para a recessão, ou manter os juros baixos e fomentar a hiperinflação, pela fuga em massa da moeda para o consumo.

Na análise da equipe econômica, o descontrole das finanças públicas não é um “resultado ocasional”, mas “decorrência do modo pelo qual se produzem as bases de poder do atual sistema político”. Segundo o ministro, a inflação é reflexo do desequilíbrio das finanças públicas, e este expressa o enorme conflito distributivo.

Por trás da crise fiscal e da inflação existe uma “crise do Estado” em sua acepção política global: crise de um Estado que mantém enorme desigualdade social, por sua impossibilidade de viabilizar programas de combate à miséria; crise de um sistema que ajudou a preservar uma estrutura de poder em benefício de oligarquias regionais atrasadas, que se utilizam dos subsídios, da corrupção, ou de ambos, para manter o poder local e assegurar sustentação política nacional.

A retórica do mercado não pode ser desculpa para as elites nacionais se dissociarem da obrigação de reconstruir o Estado e de contribuir, pela reforma fiscal e tributária e, sobretudo, pela reforma política, para a renovação do país. Ele fustigou também os que defendem o fortalecimento do papel do Estado e são contrários à revisão, lembrando que “um Estado paralizado por dívidas não pode ser um Estado do bem-estar social. Um Estado engolfado nos interesses da oligarquias regionais e das plutocracias emergentes jamais será compatível com o tipo de democracia e de desenvolvimento que desejamos para o Brasil”.